

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

28 de Feb a 2 de Março
2018

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Tribunal se mantém no limite de alerta de gastos

O Tribunal de Contas do Estado divulgou ontem o primeiro Painel de Controle da Macrogestão Governamental de 2018, que mostra que, em janeiro, o Estado arrecadou mais e gastou menos.

Mas, entre os órgãos avaliados, o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) é o que aparece em situação mais desconfortável, uma vez que, mesmo após queda nos gastos, está no limite de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em dezembro de 2017, o TJ teve gasto de 5,70% com folha de pagamento; em janeiro, foi para 5,68%, ficando no limite de alerta.

A LRF determina que as despesas não excedam os 6%. O TJ-ES informou que continuará cortes da última gestão e que, caso necessário, ampliará as medidas visando ao atendimento da LRF.

CASO MILENA

Depoimento de Hilário Frasson é adiado

Justiça suspendeu a audiência marcada para hoje e ainda não marcou nova data

« A Justiça Estadual adiou, no início da tarde de ontem, a audiência em que seriam ouvidos os depoimentos dos acusados pelo assassinato da médica Milena Gottardi, que estava marcada para hoje. Em seu despacho o juiz da 1ª Vara Criminal de Vitória, Marcos Pereira Sanches, não informa a nova data. Em função desta decisão, não haverá o depoimento do policial civil, Hilário Frasson, ex-marido da vítima.

Segundo o relato do juiz,

o advogado Leonardo Rocha, que faz a defesa dos acusados Dionathas Alves Vieira e Bruno Broeto, já possuía uma outra audiência marcada para o mesmo dia. Trata-se de um processo que tramita no município da Serra e para o qual já havia sido intimado. “Considerando que não há possibilidade de deferimento do pedido de redesignação naquele feito (processo da Serra), suspendo a realização da audiência designada nos presentes autos (Vitória)”, diz o juiz Marcos em seu despacho.

O advogado Leonardo Rocha informou que comunicou o fato de que tinha outra audiência já marcada, há



Hilário Frasson é acusado de matar a ex-mulher

EDSON CHAGAS - 27/09/2017

três meses, na Serra, para o juiz Marcos, no encerramento da audiência realizada na sexta-feira passada.

Segundo Leonardo, para seus clientes – Dionathas e Bruno – sua presença nas audiências é importante. “O Dionathas passa por momentos difíceis e está psicologicamente abalado. Precisa da minha presença e acompanhamento. E este é um processo que tem exigido uma dedicação especial minha da minha parte.”

Foi informado ainda à Secretaria de Justiça (Sejus) sobre o cancelamento das requisições dos presos, com isso eles não serão trazidos ao Fórum de Vitória na ma-

nhã de hoje. De acordo com o juiz Marcos, ele ainda vai verificar a possibilidade de readequação da pauta do júri, “a fim de ser designada nova data para audiência, objetivando os interrogatórios dos demais réus”.

Seriam ouvidos hoje os depoimentos de Hilário, do seu pai, Esperidião Frasson, e dos também denunciados como responsáveis pelo crime, Valcír da Silva Dias e Hermenegildo Palaoro Filho. Na semana passada haviam sido ouvidos os depoimentos de Dionathas e de Bruno. A médica foi morta em setembro passado com um tiro na saída do Hucam, em Vitória. (Vilmara Fernandes)

MAIS RÁPIDO**Transgêneros
podem mudar de
nome no cartório**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, que transexuais e transgêneros têm o direito de alterar o nome social e o gênero no registro civil, mesmo que não tenham sido submetidos a cirurgia de mudança de sexo ou tratamento hormonal. Para fazer a mudança, não é necessário entrar na Justiça. Basta a pessoa ir ao cartório e declarar seu novo nome. A regra vale para transexuais de todo o país. Pela decisão do STF, o cartório não expediria uma nova certidão de nascimento para transexuais, mas mudaria os dados no documento já existente. O motivo da mudança ficaria sob sigilo no cartório. Ainda ontem, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, anunciou uma portaria autorizando funcionários do Ministério Público Federal a usarem o nome social na instituição, mesmo sem a mudança no cartório.



PRÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL, EM VITÓRIA: no Estado, atuam 44 juizes federais e, desse total, 41 recebem o auxílio-moradia no valor de R\$ 4.377,73

Juízes federais decidem parar no próximo dia 15

Paralisação é em protesto ao STF, que pôs em pauta votação que poderá barrar o auxílio-moradia para magistrados federais

Giordany Bossato

Juízes federais de todo o Brasil decidiram fazer um dia de paralisação para protestar contra o Supremo Tribunal Federal (STF), que irá julgar o auxílio-moradia dos juizes federais. Segundo a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), a paralisa-

ção vai ser no dia 15. De acordo com o juiz federal Marcelo Rosado, representante da Ajufe no Espírito Santo, a entidade quer que o Supremo reveja o auxílio-moradia de todos os juizes, não só os federais, como está previsto.

“É importante esclarecer que a paralisação de um dia não é contra o julgamento do auxílio-moradia pelo STF. A Ajufe é a favor de que o STF resolva essa questão do auxílio-moradia em definitivo e também todas as questões remuneratórias da magistratura”, explicou.

O Estado conta com 44 juizes federais. Desse total, 41 recebem os R\$ 4.377,73 correspondentes ao benefício. Não há, no entanto, a confirmação de quantos irão parti-

cipar da paralisação no dia 15. Mais de 17 mil juizes, desembargadores e ministros de tribunais superiores recebem auxílio-moradia no País, mesmo que atuem nas próprias cidades em que moram e tenham imóveis próprios.

“A tendência é que os juizes das diversas seções judiciárias, de todos os estados, apoiem (à paralisação). Mas, é uma decisão pessoal”, explicou Rosado. Em todo o Brasil, mais de mil juizes votaram a favor da paralisação — 81% de cerca de 1.300 votantes, segundo a Ajufe.

Não foi informado quantos julgamentos ou audiências poderão sofrer com atrasos por conta do protesto dos juizes.

Por meio de nota, a Ajufe consi-

derou que a votação é uma retaliação à Justiça Federal.

“Essa perseguição à magistratura é para enfraquecer o combate à corrupção”, aponta a nota.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), maior entidade representativa de juizes do País, anunciou que não vai participar.

Em nota, o presidente da AMB, juiz Jayme Oliveira, informou que as entidades que paralisarem dia 15 farão em nome próprio.

Procurado, o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, não foi encontrado. Em oportunidades anteriores, ele havia dito que não haveria paralisação entre os juizes estaduais.

Vitória, 2 de março de 2018 » Ano XVII » N° 686 » Edição Gratuita Semanal

www.eshoje.com.br

ESHOJE

Fundada em 10 de julho de 2000 por Carlos Roberto Coutinho



**MULHERES
QUE FAZEM
A DIFERENÇA.**

A juíza Hermínia Azoury é referência no combate à violência contra a mulher no Espírito Santo, implantando importantes projetos

Mulheres que são referência

No mês das mulheres, conheça algumas que são exemplos na construção de uma sociedade melhor

GUSTAVO GOUVÊA
gustavo@eshoje.com.br

SER MULHER de verdade é uma arte que exige atitude, delicadeza, força e charme". Nada mais preciso do que a expressão de uma própria mulher – no caso, a escritora Wandy Luz – sobre seu próprio universo. A "mulher virtuosa" tem valor que "muito excede ao de rubis", "fortalece seus braços", "estende suas mãos ao necessitado", "abre sua boca com sabedoria", é chamada "bem-aventurada", numa visão a partir do universo masculino – esta, do rei Salomão. De certo, essas características estão contidas no caráter de mulheres que fazem a diferença na construção de uma sociedade melhor.

A missão de Eartha Lins, 61, é se dedicar ao próximo, integralmente. Através da Missão Atitude, ela envolve voluntários, entidades religiosas, filantrópicas e empresas no atendimento a necessidades sociais diversas e ações comunitárias. No projeto "Mulheres de Atitude", ela reúne um grupo de mulheres com o objetivo de despertar talentos e poten-

cialidades e incentivar experiências pessoais.

"Fazemos café da manhã no Hospital das Clínicas, jantar no Hospital Infantil, de 15 em 15 dias. Tem projeto de incentivo à leitura para crianças na praça de Itararé, uma vez por mês. Durante o ano inteiro fazemos ações em asilos, campanha para arrecadação de materiais diversos, de chinelo, brinquedo para crianças, campanha de lenço para mulheres em quimioterapia, campanha de material de higiene para mães que ficam com filhos internados, que vêm do interior", relata a missionária.

“Vemos a história de vida da pessoa e podemos ajudar a mudar essa situação”

MIRIAM NUNES, assistente social

SAÚDE E VIDA

Mais de cinco mil pessoas já foram atendidas em 14 anos do programa Saúde & Vida, idealizado e coordenado pela assistente social Miriam Nunes, 52, na Primeira Igreja Batista de Vi-



A investigadora Danielle Leonel incentiva adolescentes de escolas públicas à consciência e protagonismo

tória. Através do programa, famílias carentes das comunidades do entorno do Centro de Vitória recebem atendimento médico, dentário, psicológico, fonoaudiológico, advocatício, social, além de ter encaminhamento ao trabalho e receberem

cestas básicas, roupas, calçados, corte de cabelo.

"Continuamos caminhando e contribuindo. Vemos a pessoa com sua história de vida, e fazemos o acompanhamento. São muitas histórias. Mulheres que sofriam de violência doméstica;

criança com direitos privados; casamentos que iam ser dissolvidos; crianças que sofriam bullying por causa do dente; pessoas com ideação suicida... Em todos esses casos, pudemos ajudar a mudar essas situações", comemora a assistente social.

Exemplo na avó e empresária

A **FUNCIONÁRIA** pública Patrícia Neitzel, 38, também é uma mulher dedicada à causa social. Por influência da sua avó Norma Neitzel, conhecida na comunidade de Caratoira como Dona Tuza – falecida há cinco anos – ela iniciou, 14 anos atrás, o projeto social Pequenos do Morro, que atende crianças de Caratoira, Santo Antônio, Alagoano e Morro do Quadro. Cerca de 800 crianças já foram atendidas pelo projeto através de atividades lúdicas, cursos, artesanato, fornecimento de material escolar, passeios e assistência social e psicológica. Este ano, duas das crianças do projeto estão sendo encaminhadas para a realização de "peneira" no time do Flamengo.

"Crescemos vendo nossa avó ajudar as pessoas. Na nossa vizinhança ela sempre foi a alma bondosa. Ela foi e continua sendo a grande inspiração do projeto. Nunca podemos deixar de sonhar e sempre lutar, almejando o melhor para nosso futuro, nossas crianças", declara Patrícia.

Maíra Chagas é exemplo de como a criatividade, a visão e a determinação de uma mulher pode levantar uma família. Há quase quatro anos, prestes a se formar, descobriu que estava grávida. E da descoberta, uma mudança: deixou de trabalhar longe de casa para iniciar seu próprio negócio.

Ela passou a produzir frutas em forma de snacks, um serviço que permitiu ficar mais com a filha.

Pouco tempo depois seu marido também apostou no empreendimento e começou a trabalhar com ela em casa. "O primeiro ano foi difícil. Cuidado redobrado com a criança e trabalhando dentro de casa. Chegamos a vender salada de frutas na praia para ter dinheiro para comprar insumo e fazer Sequinhas", relata a empresária.

Hoje, no quarto ano, a marca é sucesso no ramo da alimentação saudável. Os produtos já são vendidos em 140 pontos no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Bahia e Distrito Federal.

O segredo do sucesso? "Muita determinação, dedicação, força e fé. Mulheres, nunca desistam! Temos uma força que move o mundo, podemos tudo!", encoraja.

"Lutadora e idealista"

É **IMPOSSÍVEL** falar no combate à violência contra a mulher no Espírito Santo sem citar a doutora Hermínia Maria Silveira Azoury, coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). A frente da coordenação desde 2012, foi ela quem idealizou a implantação do Botão do Pânico – dispositivo de prevenção às vítimas de violência doméstica que, segundo a Secretaria de Segurança de Vitória, tem eficácia de 100%. Também foi ela quem criou o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, um ônibus adaptado para atender às necessidades técnicas do Judiciário relativas à violência doméstica. A juíza Hermínia se define como uma "lutadora e idealista".

vidas para cidadania. Esse idealismo não tem limite. Gosto do trabalho social, de fazer a conquista da cidadania", declarou a juíza.

“Sou movida pelo ideal. Acredito no que faço. Trabalho na conquista da cidadania”

HERMÍNIA AZOURY, juíza

Essa sede de justiça vem do exemplo de seus pais: ele, um ex-pai, e a mãe, uma dona de casa. Eles são as principais personalidades que influenciaram sua vida.

"Meu pai era um intelectual e um líder, e ao mesmo tempo sensível. Ajudava e olhava as pessoas menos favorecidas. Foi padre, renunciou à batina para casar com minha mãe. E somos criados na sensibilidade de que podemos dar a mão ao outro. Criei meus filhos nessa vertente de cooperação idealismo. Por isso creio que tudo passa pela educação", diz ela, mãe de dois filhos, e avó orgulhosa de dois netos.

Ela incentiva o protagonismo

INVESTIGADORA DA Polícia Civil do Espírito Santo (PCES) há 15 anos, Danielle Leonel, 45, não é somente referência para outras policiais e mulheres adultas. Junto com outros dois policiais ela é pioneira no Estado do projeto Papo de Resposta, em ação desde 2013, levando consciência e protagonismo para meninos e meninas de 14 a 16 anos, nas escolas

públicas capixabas. O "Papo" é o "projeto de sua vida", e já atendeu mais de 20 mil adolescentes.

"Eles vivem uma história como a minha – estudei grande parte da vida em escola pública – e compartilho o caminho que construí, concluindo minha faculdade de Direito, Especialização em Processo Civil... foi possível por conta das escolhas, apesar da dificul-

dade", relata a investigadora, que se sente grata pelo trabalho.

"Decidimos baixar as armas, erguer a voz e caminhar junto a eles, trabalhando pertencimento, autoestima, vencendo um desafio de cada vez. Quando contamos a história sem negar o uniforme estamos falando de protagonismo. Cansamos de 'mão na parede'. É hora de mão na consciência".

PAÍS EM CRISE

NO ES, 42 JUÍZES FEDERAIS PODEM PARAR NO DIA 15

Segundo a Ajufe, 67% dos magistrados do Estado são favoráveis

LEITICIA GONÇALVES
lgoncalves@redegazeta.com.br

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) anunciou ontem que a categoria vai paralisar as atividades no próximo dia 15. De acordo com a entidade, 81% dos 1,3 mil magistrados consultados aprovaram a medida, proposta depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) pautou, para o dia 22, as ações que tratam do auxílio-moradia pago aos magistrados. O julgamento pode pôr fim ao benefício.

No Espírito Santo, de acordo com o Portal da Transparência da Justiça Federal, há 43 juizes federais, sendo que um está afastado das funções. Ainda de acordo com a Ajufe, entre os magistrados do Espírito Santo que votaram, 67% foram favoráveis à paralisação.

Por meio de nota divulgada ontem, a Ajufe considerou que "a indignação contra o tratamento dispensado à Justiça Federal se materializou".

As críticas ao auxílio-moradia, feitas desde a extensão a todos os magistrados do país, por meio de decisão liminar (provisória) do ministro Luiz Fux, em setembro de 2014, ganharam ainda mais peso depois de revelado que o juiz federal Marcelo Bretas, à frente da Operação



Sede da Justiça Federal em Vitória: o setor administrativo funcionará no dia da paralisação dos juizes

MARCOS FERNANDEZ - 27/04/2011

Dúvida sobre audiências

A Justiça Federal no Espírito Santo foi procurada pela reportagem para saber como ficarão as audiências marcadas para o dia 15. Por meio de nota, a informação é que não há como saber se haverá ou não audiência, "pois fica a cargo de cada juiz sua marcação, cancelamento e novo agendamento". Já o setor administrativo da Justiça Federal funcionará normalmente.

realizaram a Operação Mãos Limpas, uma espécie de antepassada da Lava Jato, na Itália.

"Essa perseguição à magistratura federal é similar à que ocorreu depois da Operação Mãos Limpas, na Itália dos anos de 1990, quando, para enfraquecer o combate à corrupção, várias medidas foram aprovadas como punição aos juizes", sustenta a Ajufe.

O salário, considerando apenas o subsídio, sem as verbas extras, de um juiz federal substituto atualmente é de R\$ 27,5 mil. O de um juiz federal é de R\$ 28,9 mil e o de um desembargador federal, R\$ 30,4 mil.

Lava Jato no Rio de Janeiro, conta com o benefício de R\$ 4,3 mil mensais, de caráter indenizatório. A esposa dele, juíza, também recebe o auxílio-moradia. A acumulação é vedada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas Bretas conseguiu fazer jus à verba por meio de decisão proferida por outro juiz federal.

Em nota publicada ainda no dia 22 de fevereiro, quando informou sobre a consulta quanto à paralisa-

SALÁRIO

R\$ 28,9 mil

É o subsídio, sem contar as verbas extras, de um juiz federal.

ção, a Ajufe ressaltou que verbas extras pagas a magistrados estaduais não entraram na pauta do STF; ao contrário do auxí-

lio-moradia. Ontem, em nota, a associação lembrou que o auxílio é pago a membros e servidores de outros Poderes. "Porém, de maneira seletiva, somente a magistratura é alvo de questionamento e de ataques injustos e levianos, mesmo percebendo o benefício com base na lei e em uma decisão judicial legítima", diz o texto.

MÃOS LIMPAS

A Ajufe credita os questionamentos sobre o pa-

BENEFÍCIO

R\$ 4,3 mil

É o valor mensal do auxílio-moradia, de caráter indenizatório.

gamento do auxílio às ações realizadas pela Lava Jato. E compara a situação às retaliações sofridas pelos juizes que

Decisão de magistrados divide especialistas

A decisão da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) de convocar uma paralisação dos juizes federais para o dia 15, por conta da discussão do auxílio-moradia, tem levantado debates. Trata-se, de acordo com especialistas, de uma área cinzenta, onde há jurisprudência apontando

para ambos os lados. Um dos pontos-chaves é a Lei Orgânica que rege a categoria e os direitos e obrigações distintas.

"Não existe uma norma clara que proíba a manifestação, mesmo sendo de magistrados e através de sua associação de classe. Entendo que, através da

Lei Orgânica, eles não podem fazer um movimento se negando a trabalhar", argumentou o professor Cláudio Preza Junior, da Escola de Direito da PUC do Rio Grande do Sul.

Já o professor de livre docência da USP, Dircêo Torrecillas Ramos, enxerga no auxílio uma espécie

de penduricalho.

"Esse era um benefício para quem fosse servir em outra comarca e não pudesse ir para uma residência oficial. Atualmente, foge do reembolso. E isso não se justifica, por sair do imposto. Acho que os juizes têm que ganhar bem e haver incentivos para que

UFRGS/REPRODUÇÃO DE TV



Cláudio Preza: "Não existe norma clara"

se prestem os concursos públicos, mas não assim."

Quem ecoa a visão de uma possível paralisação parcial é o professor Mamede Said Maia Filho, da Universidade de Brasília. Ele não é a favor da paralisação: "Acho sem propósito uma greve de juizes. É uma carreira de Estado, então é tão absurdo quanto uma greve de parlamentares". (Agência O Globo)

ELEIÇÕES 2018

Resolução estabelece registro impresso de votos nas eleições

TSE definiu modo de aplicação do voto impresso e regras para pesquisas eleitorais

BRASÍLIA

« O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, em sessão realizada ontem, uma resolução que estabelece o registro impresso do voto nas eleições de 2018.

De acordo com a minuta, a impressão tem como objetivo contabilizar os votos pela urna eletrônica e também confirmar ao eleitor a correspondência entre o voto exibido na tela e o registro impresso.

Em caso de uma eventual perda do resultado da votação, o registro poderá auxiliar a recuperação das informações.

Em seu voto, favorável à resolução, o presidente do TSE, ministro Luiz Fux, alertou que a mudança proposta aumentará o tempo de votação, além de apresentar dificuldade ao eleitor analfabeto e deficiente visual no momento de conferir o registro impresso.

Fux defendeu ainda que o TSE promova uma campanha massiva de esclarecimento em relação à novidade. Também recomendou que qualquer solução adotada seja testada e aperfeiçoada ao longo de sua implantação.

“Ou seja, tanto os proce-



Tribunal Superior Eleitoral definiu regras que valerão para o pleito deste ano, como o voto impresso

dimentos de votação a serem definidos quanto os equipamentos a serem desenvolvidos e integrados ao sistema eletrônico já existente devem ser amplamente examinados, testados e aperfeiçoados em subseqüentes pleitos eleitorais”, disse Fux.

FUNCIONAMENTO

A resolução não irá alterar em nada o ato de votar. A mudança determina que 30 mil urnas eletrônicas do País com módulos de impressão sejam adquiridas. Após o voto do eleitor, um registro dele será impresso e depositado automaticamente em uma urna plástica descartável,

DISPOSITIVOS

30 mil urnas eletrônicas

Total de dispositivos que serão comprados e estarão aptos a imprimir registro dos votos dos eleitores este ano.

em um espaço inviolável — fazendo com que o eleitor não tenha contato manual com o registro de seu voto.

No voto impresso haverá um código para garantir a autenticidade das informações e as escolhas do eleitor,

além de mecanismos de controle. Nele, não constará nenhum dado que permita a identificação do eleitor.

Terminada a votação, caberá à Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica a responsabilidade pela organização e condução dos trabalhos de verificação dos registros.

A intenção é que até 2028 todas as urnas do Brasil sejam contempladas com o instrumento.

NO ESTADO

Como o TSE ainda tem até o dia 13 de abril para definir a quantidade mínima de seções com voto impresso em cada Estado, o TRE-ES

informou que ainda não pode estimar quantas urnas serão usadas no Espírito Santo, e em quais cidades.

Os ministros do TSE aprovaram ainda outra resolução, que determina que pesquisas eleitorais abordem, exclusivamente, questionários com conteúdo relacionado às eleições.

“Nos questionários aplicados ou a serem aplicados nas pesquisas de opinião pública, são vedadas indagações a respeito de temas não relacionados à eleição”, diz a resolução. Os questionários não poderão conter afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou informação inverídica. (Agência Estado)

Lei da Ficha Limpa mais rigorosa

« O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve ontem a decisão que ampliou o alcance da Lei da Ficha Limpa, que impede a candidatura de políticos condenados em segunda instância.

Para a maioria dos ministros da Corte, o prazo de oito anos de inelegibilidade deve ser aplicado a quem foi condenado por abuso de poder político e econômico antes mesmo de a norma entrar em vigor, em 2010. Por esse entendimento, deve ser anulada a eleição de prefeitos, vereadores e deputados estaduais de todo o país que concorreram em disputas passadas, mas não poderiam.

Os políticos nessa situação terão que deixar o cargo, e a Justiça Eleitoral vai realizar novas eleições nos municípios este ano. Segundo o ministro Luiz Fux, existem 11 casos desse tipo em todo o país. Já Ricardo Lewandowski disse que há 24 prefeitos nessa situação, além de inúmeros vereadores e deputados. (Agência O Globo)

TSE/DIVULGAÇÃO

STF valida acordo de indenização na poupança

O Supremo Tribunal Federal (STF) homologou ontem o acordo fechado entre representantes de bancos e de poupadores que prevê indenizações pelas correções da poupança ocorridas nos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990.

Com a oficialização, os pagamentos devem injetar cerca de R\$ 12 bilhões na economia.

De acordo com a decisão, as adesões começarão em maio. Esse é o prazo dado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelas associações para concluir a elaboração de uma plataforma na internet que vai concentrar os pedidos de adesão.

Por unanimidade, os ministros do tribunal confirmaram uma decisão anterior do ministro Ricardo Lewandowski. Ele é relator da ação mais abrangente que tramita no STF sobre as perdas na poupança. Outros dois processos estão com o ministro Dias Toffoli e mais dois com Gilmar Mendes.

O acordo põe fim a uma disputa judicial de quase três décadas e deve encerrar cerca de 1 milhão de processos que cobram a correção de aplicações na poupança durante os planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

A adesão ao acordo não é obrigatória e os poupadores que ingressaram com ações na Justiça terão dois anos para decidir se aceitam os termos. As instituições financeiras signatárias, até agora, são Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Caixa e Banco do Brasil.

DIVULGAÇÃO



SUPREMO: homologação

STF valida acordo de indenização na poupança

O Supremo Tribunal Federal (STF) homologou ontem o acordo fechado entre representantes de bancos e de poupadores que prevê indenizações pelas correções da poupança ocorridas nos planos econômicos das décadas de 1980 e 1990.

Com a oficialização, os pagamentos devem injetar cerca de R\$ 12 bilhões na economia.

De acordo com a decisão, as adesões começarão em maio. Esse é o prazo dado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelas associações para concluir a elaboração de uma plataforma na internet que vai concentrar os pedidos de adesão.

Por unanimidade, os ministros do tribunal confirmaram uma decisão anterior do ministro Ricardo Lewandowski. Ele é relator da ação mais abrangente que tramita no STF sobre as perdas na poupança. Outros dois processos estão com o ministro Dias Toffoli e mais dois com Gilmar Mendes.

O acordo põe fim a uma disputa judicial de quase três décadas e deve encerrar cerca de 1 milhão de processos que cobram a correção de aplicações na poupança durante os planos Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

A adesão ao acordo não é obrigatória e os poupadores que ingressaram com ações na Justiça terão dois anos para decidir se aceitam os termos. As instituições financeiras signatárias, até agora, são Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Caixa e Banco do Brasil.

DIVULGAÇÃO



SUPREMO: homologação

REPORTAGEM ESPECIAL



O ortopedista Marcos Robson é acusado de fazer cirurgias com material reutilizado



Rodrigo Souza é um dos sócios da Golden Hospitalar, que vendia produtos usados

LAMA CIRÚRGICA

DOIS MÉDICOS PRESOS

Um deles é sócio de empresa investigada por reúso de material

de VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

A 4ª fase da Operação Lama Cirúrgica, realizada na manhã de ontem, prendeu, pela primeira vez, dois médicos. Um deles é um dos sócios da empresa Golden Hospitalar. A constatação é do Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas (Nuroc), obtida a partir da quebra de sigilo de conversas em redes sociais que revelaram até a existência de um contrato de empréstimos de recursos entre o profissional e a empresa.

Os ortopedistas detidos preventivamente são Rodrigo Souza Soares e Marcos Robson de Cassia Alves Júnior, em suas casas, nos bairros Praia do Canto e Jardim da Penha, em Vitória.

Ambos são investiga-

dos por envolvimento no fornecimento e reúso de materiais hospitalares descartáveis em procedimentos cirúrgicos. Nesse esquema, os produtos eram revendidos para hospitais privados, planos de saúde e médicos da Grande Vitória. Ação que viola as regras da Anvisa.

CONSTATAÇÕES

Segundo as investigações, Rodrigo, além de se beneficiar do esquema de reutilização ilegal de materiais, também é o sócio que emprestou R\$ 220 mil para a Golden Hospitalar, em dois contratos de mútuo. Em geral, lança-se mão deste tipo de documento quando a empresa precisa de aporte financeiro, ofertado por um sócio. O valor, segundo o contrato, seria utilizado para

FATO



“Não houve colaboração, pelo contrário, omitiram dados e falaram inverdades”

RAPHAEL RAMOS
COORDENADOR DO NUROC

gastos diversos.

Para o delegado Raphael Ramos, coordenador do Nuroc, não há dúvidas sobre as atividades de gerenciamento exercidas por Rodrigo. “As análises

NÚMEROS

R\$ 220

mil

Foram emprestados por Rodrigo Souza Soares para a Golden Hospitalar.

3

sócios

Teria a Golden Hospitalar, segundo as investigações do Nuroc.

demonstram poder junto à empresa”, explica.

Além da troca de informações entre eles, há até compartilhamento de fotos de reuniões feitas em locais públicos com os outros sócios da empresa, já detidos: Gustavo Deriz Chagas e Marcos Roberto Krohling Stein. Na ocasião também foi preso o enfermeiro Thiago Waiyn, que já foi solto.

OUTRO

Já o médico Marcos Robson de Cassia Alves Júnior, segundo as investigações do Nuroc, fazia as cirurgias e usava os materiais hospitalares descartáveis em procedimentos cirúrgicos, reaproveitados de forma irregular. “E com isto recebia um percentual, em valor, pelos procedimentos, fato comprovado nas investigações”, observa o coordena-

dor do Nuroc.

Marcos e Rodrigo não prestaram depoimentos ontem. “Não temos interesse nos depoimentos deles neste momento”, relatou o delegado Alexandre Passamani, que preside as investigações.

Ramos negou que os detidos tenham colaborado com as investigações, conforme relatado pelos advogados de defesa. “Com as informações que temos, não houve colaboração, pelo contrário, omitiram dados e falaram inverdades. Rodrigo disse que só falaria em juízo”, acrescentou.

O Nuroc ainda apura a participação de hospitais privados e de distribuidoras de produtos de saúde do envolvimento de outros profissionais de saúde, incluindo médicos.

REPORTAGEM ESPECIAL

“BORA GANHAR DINHEIRO?”

Investigados mantinham grupo em aplicativo de mensagens

▲ VILMARA FERNANDES
▲ KATILAINE CHAGAS
▲ NATALIA BOURGUIGNON

“Bora ganhar dinheiro?” O convite foi feito pelo médico Rodrigo Souza Soares, a outros três investigados na Operação Lama Cirúrgica, em um grupo de WhatsApp

criado por ele, com o nome de “Golden Hospitalar”.

As conversas, cujo sigilo foi quebrado com autorização judicial, divulgadas pelo Núcleo de Repressão às Organizações Criminosas (Nuroc), mostram as relações estreitas

entre os médicos presos ontem – Rodrigo e Marcos Robson de Cássia Alves Júnior – e os demais sócios da empresa Golden Hospitalar, que foram presos na primeira fase da Operação Lama Cirúrgica, Gustavo Deriz Chagas e Marcos Ro-

berto Stein.

APELIDOS

Nas conversas – que você pode conferir no quadro abaixo –, cada participante ganhou um apelido (ou codinome). Assim, Rodrigo Soares é “Piolho” e seu co-

lega Marcos Robson é o “Marcola”. Dentre os sócios da Golden Hospitalar, Marcos Roberto Krohling Stein é “Xuxa” e Gustavo Deriz Chagas é “Guski”.

Nos diálogos eles trocam informações sobre a empresa, agendam reuniões, com-

partilham documentos e fotos e trocam informações sobre os pagamentos.

Lá também informaram sobre a criação de um novo grupo, que veio com a orientação: “Apaguem vestígios da minha participação. Salvem as fotos”.

CONVERSAS ENTRE OS ACUSADOS



Gustavo Deriz Chagas (Guski), sócio da Golden Hospitalar



Marcos Roberto Stein (Xuxa), sócio da Golden Hospitalar



Material usado apreendido na 1ª fase da operação



Marcos Robson de Cássia Alves (Marcola), médico



Rodrigo Souza (Piolho), médico

OS DIÁLOGOS

21 DE OUTUBRO DE 2015

Rodrigo Souza Soares (Piolho) criou o grupo “Golden Hospitalar” no dia 21 de outubro de 2015 e convida Marcos Stein e Gustavo Chagas.

RODRIGO (PIOLHO)

“Bora ganhar dinheiro?”

“Vamos nos reunir, hoje às 19:30h na churrasceria Bacana de Bairro República?”

2 DE JULHO DE 2016

No inquérito do Nuroc, eles destacam que Rodrigo Souza Soares (o Piolho) “demonstra poder junto à empresa Golden Equipamentos e INS para determinar como a documentação deveria ser preenchida”. Na conversa, ele repassa a informação da cotação

RODRIGO (PIOLHO)

“A dani pediu P fazer a cotação igual à dos modelos Q ele enviou.”

“Não tem problema eu colocar na folha uma marca e na cotação vcs colocarem outra.”

“O Q importa é o número da Anvisa, cod do fabricante e o valor”

“Sugeriu colocar o valor um pouco acima nos instrumentos e se quiser colocar uma gordura maior na ancora, devido a exclusividade”

GUSTAVO (GUSKI)

“Tudo dominado”

18 DE JULHO DE 2016

Em outra conversa Rodrigo (Piolho) marca horário de reunião com os sócios da Golden.

RODRIGO (PIOLHO)

“Confirmada reunião P 16:30-17h?”

“Onde?”

“Nesse horário, o Thiago tá aqui ainda. Ou mais tarde ou em outro lugar”

29 DE JULHO DE 2016

Rodrigo enviou mensagem para os sócios ironizou reportagem sobre indiciamento de 12 pessoas no Rio Grande do Sul por envolvimento na máfia de prótese pela polícia.

“Não faça merda com o sus”, dizia a mensagem.

6 DE AGOSTO DE 2016

Após a prisão de 12 pessoas por envolvimento na máfia das próteses, realizada pela Polícia do Rio Grande do Sul, Rodrigo (Piolho) alerta que é preciso “recolher o material”.

RODRIGO (PIOLHO)

“O cirurgião tem q recolher o material”

MARCOS STEIN (XUXA)

“Alguma coisa o cirurgião tem Q fazer”

RODRIGO (PIOLHO)

“Quando a gente ficar rico, vamos rir disso!!!”

MARCOS STEIN (XUXA)

“Vamos Q vamos”

DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Foram feitos cinco saques em dinheiro da Golden Hospitalar. Ele combina com Marcos Robson de Cássia Alves Júnior para entregar o dinheiro.

MARCOS ROBSON (MARCOLA)

“Saindo de casa”

GUSTAVO (GUSKI)

“Filhão, cheguei aqui na Golden agora é Xuxa há tinha saído. À noite eu te ligo pra te entregar a parada”

DIA 26 DE JANEIRO DE 2017

Gustavo sacou R\$ 4.930 para entregar ao médico Marcos Robson de Cássia Alves, o Marcola.

GUSTAVO (GUSKI)

“Te liguei, provavelmente c tá atendendo. Seu negócio está com Xuxa, ele vai te entregar hoje à tarde. Seja discreto rrsrsr”

MARCOS ROBSON (MARCOLA)

“Valeu”

18 DE AGOSTO DE 2017

Em outro diálogo, o diretor comercial Marcos Stein (Xuxa) reclama com o diretor financeiro Gustavo Deriz que o funcionário Thiago Waiani dito para os médicos Rodrigo Soares e Marcos Robson de Cássia qual teria sido o faturamento anual da Golden Hospitalar.

MARCOS STEIN (XUXA)

“Preciso conversar com o Thiago”

“As coisas estão agravando”

GUSTAVO (GUSKI)

“Não consegui falar com a patricia. Ela está atendendo outra pessoa. Daqui a pouco ligo de novo”

MARCOS STEIN (XUXA)

“Blz”

GUSTAVO (GUSKI)

“Qq rolou dessa vez?”

MARCOS STEIN (XUXA)

“De novo comentou com rodrigo e marquinho quantas âncoras vendemos e os valores vende-nos td”

“Faturamento de um ano”

GUSTAVO (GUSKI)

“Putz”

REPORTAGEM ESPECIAL

ADVOGADO QUESTIONA PRISÃO PREVENTIVA

Defesa diz que Marcos Robson estava ajudando as investigações

de EDUARDO DIAS
edias@redgazeta.com.br

O responsável pela defesa do médico Marcos Robson de Cassia Alves Júnior, o advogado Paulo César Amâncio, diz que o cliente estava ajudando com as investigações e questionou a necessidade da prisão preventiva que ocorreu na manhã de ontem.

“Meu cliente até este momento vem contribuindo com a Justiça. Prestou informações, trouxe documentos para dentro desse inquérito e, mesmo assim, foi feito um pedido de pri-

SURPRESA

“Meu cliente vem contribuindo com a Justiça. Prestou informações, trouxe documentos para dentro desse inquérito e foi preso”

PAULO CÉSAR AMÂNCIO
ADVOGADO

são preventiva para ele. Sem ter a informação correta ainda do motivo da prisão, posso garantir que

a prisão foi um equívoco”, avaliou o advogado.

SURPRESA

O advogado Frederico Pimentel, que representa o médico Rodrigo Souza Soares, afirmou que ainda está tomando conhecimento dos detalhes do inquérito.

“Nós estamos tomando conhecimento agora do conteúdo que garante o inquérito policial. Vamos avaliar a coerência ou não da decisão que decretou a prisão preventiva do meu cliente”, finalizou



EDUARDO DIAS

O advogado Paulo César afirma que Marcos Robson deu informações à Justiça

Presos não ficarão em cela especial

De acordo com a Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), não existem mais celas especiais destinadas a presos com curso superior. Assim como acontece com outros presos provisório nesta

situação, os médicos detidos ontem serão mantidos em uma cela junto à outros do mesmo grau de instrução. Mas o espaço físico apresenta as mesmas condições das demais celas.

Rodrigo Souza e Marcos Robson são os primeiros médicos presos pela operação. Em janeiro deste ano, foram presos os empresários Gustavo Cha-

gas e Marcos Stein, que continuam detidos. O enfermeiro Thiago Waiyn também foi preso em janeiro, mas liberado no dia 21 de fevereiro, por deci-

são da Justiça estadual.

CATEGORIA

Em nota, o Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) afirmou que apoia a Operação Lama Cirúrgica e que abriu sindicância para apurar o possível envolvimento dos médicos que até o momento foram presos durante a 4ª fase da Operação. O Conselho vai solicitar à Polícia Civil informações sobre a ação, provas que vão ser anexadas à sindicância que foi aberta pelo CRM.

AS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO

1ª FASE

GOLDEN HOSPITALAR

Investigações - Foram iniciadas em outubro do ano passado. No dia 16 de janeiro deste ano, foram presos os empresários Gustavo Deriz Chagas e Marcos Roberto Krohling Stein, que seriam os donos da Golden Hospitalar, além do enfermeiro Thiago Waiyn (solto em 21 de fevereiro).

Acusações - São acusações de lavagem de dinheiro, formação de organização criminosa, estelionato, falsidade ideológica e adulteração de produtos medicinais.

Irregularidades - O grupo teria reutilizado 2.536 vezes materiais cirúrgicos na área ortopédica de hospitais privados. A empresa Esterileto também é

investigada, pois teria sido contratada para esterilizar os materiais.

Achados - Na Golden Hospitalar, foram encontrados os carimbos dos médicos Eduardo Ramalho, Rodrigo Souza e Marcos Robson Alves, além de um receituário em branco assinado pelo médico Nilo Lemos Neto. Todos passaram a ser monitorados.

2ª FASE

ALFA MEDICAL

Busca - No dia 18 de janeiro, o Nuroc cumpriu dois mandados de busca e apreensão na empresa Alfa Medical LTDA, em Bairro de Lourdes, Vitória. O proprietário da empresa teve o passaporte recolhido, ficou proibido de sair do Estado e foi afastado da empresa.



KATILÁINE CHAGAS - 19/01/2018

Documentos apreendidos na 2ª fase da operação

Exterior - Em entrevista preliminar, ele confessou que reprocessou ilegalmente materiais de Saúde entre 2012 e 2016 e que os revendeu para hospitais particulares. Documentos, notas fiscais, computadores e celulares também foram recolhidos. Para o Nuroc, a quadrilha pode ter tentáculos, inclusive, nos Estados Unidos.

3ª FASE

COSTA GOMES

Outra - Em 5 de fevereiro, o Nuroc recolheu materiais cirúrgicos que já deveriam ter sido descartados, na empresa Comercial Costa Gomes LTDA, em Jardim América, Cariacica. Documentos digitais também foram recolhidos, mas ninguém foi preso. No entanto, foram essas informações que conduziram

os investigadores à quarta etapa da operação.

4ª FASE

MÉDICOS PRESOS

Participação - Na manhã de ontem, dois ortopedistas foram presos preventivamente pelo Nuroc: Rodrigo Souza Soares e Marcos Robson de Cassia Alves Júnior. Segundo a polícia, Rodrigo não só se beneficiava do esquema de reutilização ilegal de materiais da Golden Hospitalar, como também era sócio da empresa. Já Marcos receberia altas quantias para utilizar os materiais em suas cirurgias. Segundo o Nuroc, mais médicos e empresas podem estar envolvidos nas irregularidades.

OPINIÃO DA GAZETA

A ganância acima das vidas

O corte tem sido profundo e vem expondo a rede criminosa que colocou a ganância acima de vidas. Pela primeira vez, médicos foram presos na Operação Lama Cirúrgica. Um episódio lamentável, mas que sinaliza: ninguém está acima da lei, empresários ou profissionais da saúde. É preciso ir cada vez mais fundo. A suposta conduta criminosa de alguns profissionais não pode estremecer a credibilidade da classe médica.

João Baptista Herkenhoff

É juiz de Direito aposentado e escritor
E-mail: jopherkenhoff@gmail.com

“Este juiz renegaria todo o seu credo, rasgaria todos os seus princípios, trairia a memória de sua mãe, se permitisse sair Edna deste fórum sob prisão”

Maternidade e prisão

O Supremo Tribunal Federal, por quatro votos favoráveis e um voto contra, decidiu que mulheres grávidas, ou mães de crianças até 12 anos, tenham direito à prisão domiciliar durante o tempo da instrução criminal. (Cf. A GAZETA, edição de 22 de fevereiro).

O pedido à Corte Suprema foi formulado por um grupo de advogados que atuam na área dos Direitos Humanos. O fato traz à minha memória uma decisão que proferi quando exercia a função de juiz de Direito.

Foi o caso de uma grávida, que se chamava Edna, presa há oito meses, prestes a dar à luz. Ela trazia consigo gramas de maconha. Sentí que era preciso penetrar fundo na sua sensibilidade, na sua condição de pessoa humana. Foi o que tentei fazer ao libertá-la. Dei um despacho fulminante, carregado de emoção e da ira santa que a injustiça provoca. Eis a íntegra da decisão:

“A acusada é multiplicadamente marginalizada: por ser mulher, numa sociedade machista; por ser pobre, cujo latifúndio são os sete palmos de terra dos versos imortais do poeta; por ser prostituta, desconsiderada pelos homens mas amada por um Nazareno que certa vez passou por este mundo; por não ter saúde; por estar grávida, santificada pelo feto que tem dentro de si, mulher diante da qual este juiz deveria se ajoelhar, numa

homenagem à maternidade, porém, que, na nossa estrutura social, em vez de estar recebendo cuidados pré-natais, espera pelo filho na cadeia.

É uma dupla liberdade a que concedo nesta decisão: liberdade para Edna e liberdade para o filho de Edna, que, se do ventre da mãe puder ouvir o som da palavra humana, sinta o calor e o amor da palavra que lhe dirijo, para que venha a este mundo tão injusto com forças para lutar, sofrer e sobreviver.

Quando tanta gente foge da maternidade, quando milhares de brasileiras, mesmo jovens e sem discernimento, são esterilizadas; quando se deve afirmar ao mundo que os seres têm direito à vida, que é preciso distribuir melhor os bens da terra e não reduzir os comensais; Edna engrandece hoje este fórum com o feto que traz dentro de si.

Este juiz renegaria todo o seu credo, rasgaria todos os seus princípios, trairia a memória de sua mãe, se permitisse sair Edna deste fórum sob prisão.

Saia livre, saia abençoada por Deus, saia com seu filho, traga seu filho à luz, que cada choro de uma criança que nasce é a esperança de um mundo novo, mais fraterno, mais puro, algum dia cristão.

Expeça-se incontinenti o alvará de soltura”.

Edna encontrou um companheiro e com ele constituiu família. Mudou inteiramente o rumo de sua vida. A criança, se fosse homem, teria o nome do juiz, conforme declarou na audiência. Mas nasceu-lhe uma menina que se chamou Elke, em homenagem a Elke Maravilha.

OPINIÃO DA GAZETA

“Diálogos sobre Integridade”, da Rede Gazeta, foi relevante para restaurar o otimismo e a confiança num país mais justo

NOVO ÂNIMO PARA O PAÍS

Luís Roberto Barroso semeou otimismo em sua passagem por Vitória. E é mesmo o momento de melhorar os ânimos, existem motivos para isso. Diante dos olhos, há um país em transformação e, mais importante, em um ano de eleições presidenciais e estaduais, as primeiras após a consolidação da Lava Jato. E o ministro do Supremo fez questão de frisar que, por mais que o cenário pareça desolador, de mudanças arrastadas, estamos no caminho certo. “Na vida, mais importante que a velocidade é a direção correta”, grifou, durante palestra no “Diálogos sobre Integridade”, evento promovido pela Rede Gazeta.

Não foi só uma questão de timing, mas principalmente de lucidez. Foi perfeita, por exemplo, a justaposição de que existe, sim, uma “fotografia aterradoradora” do que se vive hoje no país, mas ela é só uma parte de um filme muito maior, com conquistas

evidentes dos últimos 30 anos que ali-

mentam a esperança de dias melhores. “Nenhuma batalha é invencível e, assim como derrotamos a ditadura, a hiperinflação e parte da extrema pobreza, acredito que podemos derrotar a corrupção, reduzindo-a a níveis toleráveis.”

Em comum, os palestrantes mostraram não se abater com as adversidades, com plena confiança nas instituições democráticas. O procurador e membro da Lava Jato Carlos Fernando dos Santos Lima deixou claro que aposta no poder do voto para a mudança. Está certo: um país melhor deve ser compromisso de cada um.



Luís Roberto Barroso foi palestrante do seminário “Diálogos sobre Integridade”, promovido pela Rede Gazeta. FOTO: FERNANDO MADEIRA

GIRO POLÍTICO

SUSPEITA DE PROPINA

Servidores presos em Vargem Alta

▄ Cinco servidores públicos de Vargem Alta, na região Sul do Espírito Santo, foram presos ontem na operação Depuração, do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES).

As investigações mostram que servidores utilizaram os cargos para atender a interesses privados, apropriando-se ainda de valores públicos relativos a taxas de licenciamento ambiental. Os envolvidos são acusados de envolvimento em um suposto esquema de cobrança



Prefeitura de Vargem Alta: licenças ambientais

de propina para liberação de licenças ambientais.

De acordo com o MPES, a operação teve objetivo de esclarecer e aprofundar investigações relacionadas a crimes e irregularidades diversas na anterior gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vargem Alta.

Ao todo foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão: dois de prisão preventiva e três de prisão temporária. Os envolvidos responderão ainda por associação criminosa, peculato e advocacia administrativa.

Dos envolvidos, três já haviam sido exonerados, e um foi afastado por decisão da Justiça.

RACHID EM LINHARES

Vereadora diz que comprava remédio

Preso preventivamente na segunda-feira, acusada por prática de "rachid", a vereadora de Linhares, Rosinha Guerreira (PSDC), disse no depoimento que prestou a 1ª Promotoria de Justiça Criminal da cidade que usava o dinheiro ilícito para ajudar a população com compra de remédios e cestas básicas. O Ministério Público por sua vez contou que analisa os depoimentos prestados por ela e das testemunhas, além do material apreendido. Já a Câmara não quis se pronunciar, alegando não ter sido notificada pela Justiça.



SIMONE Aguiar: negociação

Justiça dá reajuste de salário para professores

LINHARES

O juiz Thiago Albani de Oliveira, da Vara da Fazenda Pública, determinou que a Prefeitura de Linhares, no Norte do Estado, cumpra na íntegra o acordo judicial firmado com o Sindicato dos Servidores Públicos de Linhares (SISPML), colocando fim à greve parcial dos professores.

Após a decisão judicial, as escolas de ensino infantil e fundamental voltaram a funcionar em horário normal, depois do fim do movimento iniciado na segunda-feira da semana passada.

O impasse teve início após o pagamento dos salários de janeiro dos servidores do magistério. O SISPML ingressou na Justiça contra a prefeitura, alegando que as diferenciações nos salários prescritas no plano aprovado não estavam sendo respeitadas.

Já o Executivo defendeu que promoveu a atualização da tabela da lei complementar 35/2016, entre outras medidas. Entretanto, em sua decisão, o juiz Thiago Albani frisou que a prefeitura terá de aplicar a correção de valores em todos os níveis e classes da tabela do magistério (em consequência do aumento do piso nacional), a partir de janeiro deste ano, com as diferenciações mínimas de 10,25% entre os níveis verticais de carreira e 5% nos horizontais.

DETERMINAÇÃO

O juiz estabeleceu ainda o prazo de 30 dias para que a prefeitura cumpra o que determinou, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Para a presidente do SISPML, Simone Aguiar, a vitória é coletiva.

“O próximo passo da categoria é aguardar 30 dias para que a prefeitura cumpra a decisão. Se isso não ocorrer, ficou definido em assembleia que haverá greve geral”, anunciou a presidente do sindicato.

O diretor de Comunicação da prefeitura, Alexandre Araújo, afirmou no final da manhã de ontem que o Executivo vai cumprir o que determinou a Justiça.

Dívida de IPTU leva Justiça a leiloar um imóvel por dia

Apartamentos e casas ofertados em Vitória na próxima terça

Números são relativos à Grande Vitória, onde cerca de 300 bens serão penhorados até o fim deste ano por débitos dos moradores

Caio Miranda

Até o fim deste ano, cerca de 300 imóveis na Grande Vitória — o que equivale a um por dia — vão a leilão por conta de dívidas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de seus proprietários.

A estimativa é do especialista em Direito Imobiliário Diovano Rosetti, com base no que já vem ocorrendo. Segundo ele, a penhora e o leilão de casas, apartamentos, lojas ou lotes — por meio de processo judicial — por não pagamento do tributo municipal são previstos em lei desde a década de 1990.

“Mas, como os municípios não estavam desesperados por dinheiro, a coisa fluía. Agora, com as contas arrojadas, prefeituras estão reiterando esse direito”, disse.

O advogado explicou que o município precisa solicitar a medida a um juiz, que dá o direito à ampla defesa ao contribuinte. Ao final do processo, o magistrado, então, decide por acolher ou não os argumentos do devedor. Se não acolher, o imóvel é penhorado e levado a leilão.

“Muitas vezes, a dívida é pequena e não ultrapassa o valor do bem. Então, opera-se o leilão, o municí-



DIOVANO ROSETTI disse que, com contas arrojadas, as prefeituras estão reiterando o direito de penhora e leilão

pio retoma o que lhe é devido e a diferença fica retida na Justiça. Aí, o contribuinte deve requerer o levantamento e recebimento desse valor”, completou.

Para quem está interessado em arrematar um desses imóveis, Diovano recomenda alguns cuidados antes de dar um lance.

Ele afirma que é importante conhecer, previamente, a região, perguntar ao síndico — caso seja um apartamento — se o imóvel possui

alguma pendência com o condomínio e o perfil das pessoas que ali moravam, o que pode representar maior ou menor grau de depreciação do bem.

“Também deve procurar, no registro imobiliário, se esse imóvel tem outras dívidas. Ele pode estar penhorado por conta de outros débitos do antigo proprietário ou pode estar no meio de uma briga judicial de divórcio, por exemplo. Não adianta

nada adquirir o imóvel e ter problemas adiante”.

GRANDE VITÓRIA

Procuradas, as prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica explicaram as situações em que os imóveis podem ir a leilão por conta de dívidas com IPTU e como o contribuinte pode evitar que isso ocorra.

As informações de cada município estão na tabela abaixo.

A Justiça Estadual de Vitória, em parceria com a leiloeira Hidirlene Duszeiko, vai realizar leilão presencial e eletrônico na próxima terça-feira, a partir das 9 horas, na Câmara de Dirigentes Lojistas, no centro da capital do Estado.

Há a possibilidade de lances online de qualquer lugar do País, pelo site www.hdleiloes.com.br.

Os imóveis que vão a leilão devido a débitos de IPTU — que variam de R\$ 2.600 a R\$ 157 mil — estão localizados em diversos pontos de Vitória.

Para retirar o imóvel da lista que será apreçoada, o morador deve comparecer à prefeitura e quitar a dívida o quanto antes.

Também serão leiloados outros imóveis, localizados na capital e em Cariacica, com destaque para um apartamento da Praia do Canto, avaliado em R\$ 1 milhão, que pode ser arrematado pela metade do preço (R\$ 500 mil).

Além de realizar o pregão, a leiloeira Hidirlene Duszeiko foi designada pelo juiz Anselmo Laghi Laranja para realizar fotos atuais dos imóveis, tanto externas quanto internas.

As imagens, descrição e valores de arrematação de cada imóvel estão disponíveis no site do leilão.

FERNANDO RUFINO - 08/02/2018



VISTA aérea de Vitória: chances

SITUAÇÕES EM QUE IMÓVEIS PODEM IR A LEILÃO

Serra

Vitória

DIVULGAÇÃO

como a inscrição do nome do deve-

AT2



www.maurici

Auxílio-moradia

Magistrados de todo o País preparam um protesto com paralisação para o próximo dia 15, contra o possível fim do auxílio-moradia. O julgamento da ação que garantiu o pagamento do benefício para juízes foi marcado para o dia 22, pela ministra Cármen Lúcia (STF). Por aqui, nove em cada 10 magistrados recebem os R\$ 4.377,73 a título de auxílio-moradia. Somente 24, sendo oito deles desembargadores do TJ-ES, abriram mão.

MEIO AMBIENTE

Supremo mantém anistia a desmatador no Código Florestal

Julgamento começou em novembro do ano passado e só terminou ontem à tarde

◀ O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter a anistia concedida pelo Código Florestal a donos de terra que desmataram além do permitido até 22 de julho de 2008. Com a decisão, a Corte finalizou nesta quarta-feira, 28, o julgamento de cinco ações que questionavam diversos pontos do código.

A lei que instituiu o Código Florestal foi sancionada em 2012 pela ex-presidente Dilma Rousseff e define o que deve ser preservado e restaurado nas propriedades rurais no país.

A análise das ações pelo Supremo foi iniciada em novembro do ano passado, quando o relator dos processos, ministro Luiz Fux, votou a favor de derubar o perdão e multas e punições criminais previstas na lei a proprietários.

Pelo código, quem desmatou até 2008 além do limite permitido e se cadastrou para se adequar às regras ambientais (se comprometendo a reparar o dano) teve o benefício da suspensão de sanções e multas. Para coletar os dados, foi criado o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que hoje conta com 4 milhões de imóveis rurais registrados.

Embora o julgamento tenha começado em novembro, com o voto de Fux, no último dia 22, os ministros retomaram a análise, adian-



Ministros do Supremo reunidos em plenário na sessão final sobre o Código Florestal

do para esta quarta a decisão sobre os processos.

Durante a sessão, ministro Celso de Mello, que faltava votar, afirmou que o direito ao meio ambiente é coletivo e deve ser assegurado às presentes e futuras gerações. Defendeu, ainda, que a anistia "estimula os agentes que tenham praticado determinados delitos ambientais a solver o seu passivo ambiental".

"O direito à integridade do meio ambiente constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva refletindo dentro do processo de afirmação dos direitos humanos a expressão de um poder deferido, não ao indivíduo em sua singularidade, mas em um sentido mais abrangente, à coletividade social", completou.

Entenderam que o Có-

digo Florestal não concede anistia ampla: Celso de Mello, Rosa Weber, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Alexandre Moraes e Cármen Lúcia (presidente da Corte). Votaram contra a anistia: Luiz Fux, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski.

POLÊMICA

Além da anistia, os ministros também analisam outros questionamentos ao Código Florestal, considerado por ambientalistas mais frouxo na preservação da vegetação nativa do que as leis anteriores.

Um dos pontos do código permitiu que um proprietário que desmatou além do permitido possa realizar a compensação ambiental em um mesmo bioma, e não mais em uma mesma micro-bacia, isto é, numa área próxima banhada pelo mesmo rio ou seus afluentes. (GI)

NELSON JR./STF

ANÁLISE

Premia quem descumpriu a lei

◀ O Supremo Tribunal Federal é sempre a favor do poder econômico. Decidindo a favor da anistia, quem desmatou está sendo premiado. Com isso, quem perde é a biodiversidade e a água do país. Não adianta fugir e não tem como enganar a natureza, ela não precisa dos homens, somos nós que precisamos dela para sobreviver. Quando você desmata, impede a absorção da água pelo solo. Se a água não é absorvida, não forma os aquíferos.

A decisão do STF está privilegiando quem destruiu a natureza e o próprio responsável por esses danos ao meio ambiente vai pagar no futuro. No fim, ele não vai ter água. O Brasil tem 12,7% da água potável do plane-

ta e nós estamos diminuindo a qualidade e quantidade dos recursos hídricos potáveis existentes. De certa forma, você está recompensando o infrator, quem burlou a lei. Você está privilegiando quem não respeita a lei, antes prevista no código de 1965.

A decisão foi tomada devido à pressão de ruralistas e de executivos, o supremo não é só técnico, é político também. O Código Florestal anterior é muito melhor que esse, o de 2012, pois ele previa áreas de reserva ambiental e preservação permanente. Este ficou mais brando para o produtor que desmatou até julho de 2008.

—
MARCOS BRAVO
BIÓLOGO E MESTRE EM
GESTÃO AMBIENTAL

ENTENDA

PERMANECEU

▼ Anistia

Quem cometeu infração e ilícito ambiental, até 22 de julho de 2008, poderá regularizar sua situação e ter a multa perdoada.

MUDOU

▼ Gestão de resíduos

A gestão de resíduos e a instalação para realização de competições esportivas deixaram de ser atividade de utilidade pública, sendo proibida sua instalação em áreas protegidas.

▼ Nascentes

O conceito foi expandido para abranger também os olhos d'água intermitentes.

▼ Terras indígenas

Terras indígenas e áreas de povos e comunidades tradicionais terão o mesmo tratamento dispensado às propriedades pequenas e às familiares.

Fonte: Simone Paschoal Nogueira, advogada

ANÁLISE

Incentivo para preservar

◀ Se os artigos do novo Código Florestal fossem definidos como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, nós voltaríamos à legislação anterior, feita em 1965. A nossa avaliação é positiva sobre as decisões tomadas pelo STF sobre o código. O que estava em empate, como a "anistia" dos produtores, gerou muita apreensão e insegurança jurídica. Os produtores pensaram que iriam voltar ao código de 1965, que iriam voltar ao passado.

No caso da chamada "anistia", o produtor rural que tomou uma multa antes de 22 de julho de 2008 por desmatamento pode fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e participar do Programa de Regularização Am-

biental (PRA). Depois, quando estiver com a propriedade recomposta com vegetação nativa, a multa será considerada convertida em serviços de melhoria e preservação do meio ambiente. Isso vai fazer com que o produtor busque a legalização o mais rápido possível para que tenha direito a essa conversão da multa. Funciona como um incentivo para que eles se regularizem ambientalmente.

Quem preserva efetivamente as matas no país são os produtores rurais, segundo a Embrapa. O Brasil tem mais de 60% de todo o seu território preservado.

—
MURILO PEDRONE
GERENTE EXECUTIVO DA FEDERAÇÃO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS RESTAURANTES

PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 02/2018

UASG 153048

TIPO: Menor Preço por item. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de pão francês, pelo período de 6 (seis) meses para atender às necessidades do Restaurante da Universidade Federal do Espírito Santo do Campus de Goiabeiras conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. **INFORMAÇÕES GERAIS:** entrega das propostas e edital no site www.comprasnet.gov.br, a partir de 01/03/2018. **ABERTURA PROPOSTA:** 14/03/2018 às 08hs, no site do www.comprasnet.gov.br.

ANA CAROLINA DE PAULA NUNES PINTO
Pregoeira

Sertes

Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado do Espírito Santo

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, na conformidade do que dispõem os seus Estatutos Sociais, CONVOCA os seus associados para participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 13 de março de 2018, terça-feira, às 9 horas em primeira convocação e às 10 horas em segunda convocação, obedecidos os quóruns estatutários, na sua sede à Rua Fortunato Ramos, 30, Edifício Cima Center, sala 115, Bairro de Santa Lúcia, Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Apreciação do relatório, balanço e contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 2017.

b) Fixação da contribuição de que trata o Artigo 9º alínea 'b' dos Estatutos Sociais.

Vitória, 01 de março de 2018

Fernando Machado Ferreira

Presidente

Capixaba sofre preconceito em Londres e ganha 214 mil

Ela venceu ação contra seu antigo empregador, após ser humilhada pelos superiores e colegas de trabalho por ser transexual

Caio Miranda

A capixaba Alexandra de Souza, 46, venceu uma ação na Inglaterra contra seu antigo emprego, a Primark, por sofrer humilhações no ambiente de trabalho, e ganhou uma indenização de 48 mil libras (R\$ 214 mil).

O motivo? Transfobia. Natural de Vitória, ela nasceu Alexander de Souza e foi morar em Londres há três anos para estudar. As agressões verbais iniciaram no final de 2016, quando uma supervisora soube do seu sexo biológico.

“Já tinha trocado de nome em todos os documentos, menos na carteira de trabalho. Essa supervisora gostava muito de mim, até que viu o meu registro e começou a me humilhar. Isso se espalhou e minha vida virou um inferno”.

A chefe passou a só chamá-la de Alexander. A situação se agravou quando outros funcionários também começaram a ridicularizá-la.

“Um episódio doloroso foi quando estava no banheiro e uma funcionária entrou. O electricista bateu

na porta, dizendo que precisava fazer uma manutenção. Ela saiu e disse ‘pode entrar, não tem mais nenhuma outra mulher aí dentro’”.

Foi a gota d’água para Alexandra procurar o Recursos Humanos. Porém, um gerente a interceptou, disse que ela estava “tentando chamar atenção” e que era para voltar ao seu posto. Após semanas de depressão, Alexandra, motivada por uma amiga, procurou a polícia.

“Não encontrei um policial, encontrei um anjo. Ele me deu um abraço e disse ‘parabéns, você deve ter muito orgulho do que acabou de fazer. Se mais transexuais denunciarem, não teríamos tantas pessoas cometendo suicídio’”.

A capixaba buscou ajuda na Organização LGBT Galop, que ofereceu uma advogada. Em dezembro do ano passado, nove meses após ter registrado queixa, ela ficou cara a cara com alguns de seus agressores na Corte britânica.

“Sentei na frente do mal e venci. O juiz ficou indignado, estabeleceu indenização e ordenou à Primark a revisar seu modo de lidar com a diversidade. O caso foi importante para a Justiça britânica e servirá de exemplo no futuro”.

Para Alexandra, o valor que ganhou não foi o mais importante. “Precisava ouvir de um juiz o que o policial me disse. Que outras trans não se caem. Procurem as autoridades. Ninguém tem de passar por esse tipo de humilhação”.



ALEXANDRA alerta para denúncia. No destaque, matéria em jornal londrino

“Do meu trabalho, ninguém pode falar nada”

Alexandra de Souza começou a sofrer discriminação de gênero nos últimos dois dos seis meses que trabalhou como caixa na maior loja da Primark em Londres, quando colegas de trabalho descobriram que ela é transexual.

Ela conta que, inclusive, foi eleita a melhor funcionária da empresa por dois meses seguidos.

“Do meu trabalho, ninguém pode falar nada. Fui eleita a melhor funcionária por dois meses seguidos. No último mês, inclusive, atendi 500 clientes a mais que a segunda colocada”.

Para Alexandra, seu destaque na empresa despertou inveja nos outros funcionários, que aproveitaram o fato dela ser transexual para atacá-la e dificultar sua vida profissional.

“A loja fica em uma região de Londres que possui muitas clien-

tes árabes ricas. Atendia muito essas mulheres e elas me adoravam, queriam sempre me dar boas gorjetas. Como era proibido pegar esse dinheiro, pedia para doar a uma organização que ajudava animais.

Isso também criou muita inveja”.

Passada a pior parte do pesadelo, com a vitória nos tribunais, a capixaba agora volta ao seu principal foco: estudar moda na Inglaterra.

Alexandra estava estudando no London College Of Fashion, que faz parte da University of the Arts London, uma das principais do mundo no segmento. Porém, saiu da universidade e foi para o Kensington And Chelsea College, para se especializar em Millinery — confecção de chapéu.

“Retorno aos estudos em setembro. Só agora estou com tempo de relaxar e colocar a cabeça no lugar para me dedicar”, explicou.

ENTENDA

Ajuda policial e denúncia

O caso

- > A CAPIXABA Alexandra de Souza sofreu diversas humilhações em uma unidade de Londres da Primark, multinacional de lojas de departamento.
- > FUNCIONÁRIOS da loja da capital inglesa, quando souberam que ela era transexual, começaram a ofendê-la, inclusive na frente de clientes.
- > AS OFENSAS ocorreram entre o final de 2016 e o início de 2017, período em que Alexandra trabalhou como caixa na Primark. A situação ficou tão insustentável que a capixaba parou de frequentar o refeitório da empresa, para não ouvir mais desaforos.
- > APÓS ATÉ entrar em depressão, Alex-

xandra foi convencida por uma amiga a ir à polícia registrar queixa de “hate crime” — crime de ódio.

Julgamento

- > O POLICIAL que a atendeu parabenizou por sua coragem de denunciar. Isso motivou Alexandra a procurar a Justiça britânica.
- > NO FINAL DO ANO PASSADO, a Justiça condenou a Primark a indenizar a capixaba em 48 mil libras (R\$ 214 mil).
- > O JUIZ também determinou que a empresa mudasse sua conduta com a diversidade, incluindo empregados transexuais.
- > A PRIMARK precisou pedir desculpas publicamente pelo ocorrido. O caso foi destaque em alguns dos principais jornais da Inglaterra.

Transfobia

- > É O PRECONCEITO e a discriminação contra travestis e transexuais — indivíduos cuja identidade de gênero não corresponde ao seu sexo biológico.
- > NA JUSTIÇA DO TRABALHO, esse comportamento é passível de condenação do empregador a indenizar a vítima por danos morais.



PRIMARK: unidades em Londres

Fonte: Especialistas consultados e pesquisa AT.

A fila

Aconteceu ontem no gabinete de um desembargador no Tribunal de Justiça. Advogados em fila esperavam pelo atendimento do magistrado quando o desembargador Dair José Bregunçe (que tem prioridade nesses casos) apareceu de repente.

O respeito

Bregunçe viu o movimento, deu meia-volta e falou: “Volto mais tarde. A fila é democrática”. Um belo exemplo.

A fila

Aconteceu ontem no gabinete de um desembargador no Tribunal de Justiça. Advogados em fila esperavam pelo atendimento do magistrado quando o desembargador Dair José Bregunce (que tem prioridade nesses casos) apareceu de repente.

O respeito

Bregunce viu o movimento, deu meia-volta e falou: “Volto mais tarde. A fila é democrática”. Um belo exemplo.